



CIDADE DE PELOTAS
INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão, são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).
APENAS UMA delas responde de maneira correta ao enunciado.
- 4 - Após conferir os dados, contidos no campo Identificação do Candidato no Cartão de Resposta, assine no espaço indicado.
- 5 - Marque, com caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, conforme exemplo abaixo, no Cartão de Resposta – único documento válido para correção eletrônica.
- 6 - Em hipótese alguma, haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 7 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 8 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 9 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 10 - O candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Os saldos a seguir foram extraídos, aleatoriamente, do balancete da Empresa comercial São Luis Ltda, em 31/12/2013.

CONTAS	R\$
Imóveis	90.000,00
Duplicatas a Pagar	800,00
Seguros a Vencer	7.000,00
Dividendos Propostos	3.000,00
Capital a Realizar	45.000,00
Adiantamento de Clientes	500,00
Juros Passivos a Vencer	300,00
Ações em Tesouraria	1.000,00
Adiantamento de Salários	3.000,00
Capital Social	100.000,00
Fornecedor	800,00
Duplicatas Descontadas	600,00
Material de Consumo	6.000,00
Veículos	40.000,00

Com base nos dados apresentados, qual opção corresponde ao total das contas com saldos devedores?

- a) R\$ 192.300,00
- b) R\$ 195.900,00
- c) R\$ 193.600,00
- d) R\$ 194.700,00

2. Considere os seguintes dados da Cia Novo Horizonte em um determinado exercício:

Ativo Circulante	R\$ 14.000,00
Ativo não Circulante	R\$ 16.000,00
Passivo Circulante	R\$ 12.000,00
Passivo não Circulante	R\$ 9.000,00
Índice de Liquidez Seca	0,75
Índice de Liquidez Corrente	1,16

De acordo com dados contábeis apresentados, o valor dos estoques é

- a) R\$ 9.000,00
- b) R\$ 4.000,00
- c) R\$ 8.000,00
- d) R\$ 5.000,00

3. A seguir, são apresentados dados extraídos do livro razão da empresa comercial ACM Ltda, em determinado exercício:

CONTAS	R\$
Compras de mercadorias	10.000,00
Vendas Anuladas	5.000,00
Estoque Inicial	1.000,00
Vendas de Mercadorias	30.000,00
Abatimento s/compras	300,00
Fretes e Seguro sobre Compras	100,00
Compras Anuladas	1.000,00
Descontos Incondicionais Concedidos	100,00
ICMS Sobre Vendas	5.100,00
Descontos Incondicionais Obtidos	200,00
PIS s/ Faturamento	190,00
Abatimento s/vendas	80,00
Estoque Final	2.000,00
Cofins s/faturamento	900,00

Com base nas informações acima, o valor do Resultado com Mercadoria é

- a) R\$ 13.030,00
- b) R\$ 7.600,00
- c) R\$ 11.030,00
- d) R\$ 9.600,00

4. Da empresa Costa Sul Ltda., obtivemos as seguintes informações inerentes ao exercício social fechado em 31/12/2014.

CONTAS	R\$
Fornecedores	25.000,00
Vendas de mercadorias no Exercício	360.000,00
CMV	250.000,00
Estoque	18.000,00
Contas a Receber	24.000,00
Compras de mercadorias no Exercício	300.000,00

Tendo como base essas informações, qual é o prazo médio de recebimento das vendas?

- a) 26 dias.
- b) 24 dias.
- c) 30 dias.
- d) 28 dias.

5. Durante o exercício social de 2015, a empresa HCS Ltda. resolveu alienar um de seus veículos, para substituí-lo por um mais moderno. Foram apresentados os seguintes dados para negociação.

Valor de Aquisição	R\$100.000,00
Valor de Venda	R\$80.000,00
Valor de Mercado	R\$60.000,00
Depreciação Acumulada	R\$45.000,00

Respeitando as determinações legais, a empresa reconhecerá, em sua escrita contábil, um (a)

- a) Perda de Capital de R\$20.000,00
- b) Ganho de Capital de R\$25.000,00
- c) Perda de Capital de R\$40.000,00
- d) Ganho de Capital de R\$35.000,00

6. A empresa Aliança S/A, ao fim do exercício de 2014, apresentava um Patrimônio Líquido com a seguinte composição:

Capital Social	R\$250.000,00
Reserva Legal	R\$44.000,00
Reservas Estatutárias	R\$30.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$20.000,00

Em 31/12/2015, a empresa apurou um Lucro Líquido de 150.000,00. Levando em conta os aspectos técnicos e conceituais, coube à Reserva Legal do exercício de 2015 o valor de

- a) R\$2.200,00
- b) R\$7.500,00
- c) R\$6.000,00
- d) R\$1.500,00

7. A comercial Bom sucesso Ltda. optou por utilizar o sistema UEPS, como critério de avaliação de seus Estoques. Com essa escolha, a empresa estará atribuindo as suas mercadorias estocadas à(ao)

- a) custo mais antigo.
- b) média dos custos de aquisição.
- c) custo mais recente.
- d) média ponderada fixa.

8. A empresa Sazuka Ltda. gira seus estoques em 30 dias, recebe suas vendas de mercadorias em 54 dias e paga suas compras em 60 dias. Com base nessas informações, o cálculo do ciclo operacional é de

- a) 84 dias.
- b) 144 dias.
- c) 114 dias.
- d) 90 dias.

- 9.** Da Cia. Santos & Souza, foram obtidas as seguintes informações extraídas de sua contabilidade, referentes ao exercício de 2015.

Saldo inicial de Estoque de mercadorias	R\$400.000,00
Saldo inicial de Fornecedores	R\$220.000,00
CMV	R\$970.000,00
Saldo Final de Estoque de Mercadorias	R\$420.000,00
Saldo Final de Fornecedores	R\$280.000,00

Considerando que todas as compras de mercadorias do exercício foram a prazo, o valor pago a fornecedores corresponde a

- a) R\$910.000,00
- b) R\$930.000,00
- c) R\$890.000,00
- d) R\$880.000,00

- 10.** Na demonstração do fluxo de caixa, constitui uma entrada de caixa, nas atividades de Investimento, o recebimento

- a) oriundo da integralização do Capital Social.
- b) de juros oriundos de aplicações financeiras e empréstimos concedidos.
- c) de empréstimo financeiro obtido no mercado de curto prazo.
- d) pela venda de ativo Imobilizado.

- 11.** Os dados a seguir são extraídos da contabilidade da empresa BBC S/A, referentes a mercadorias destinadas a vendas em 31/12/2014.

Produto	Valor de Custo	Valor de mercado
A1	R\$23.520,00	R\$21.120,00
B2	R\$19.670,00	R\$18.140,00
C3	R\$12.120,00	R\$14.320,00

Considerando-se exclusivamente as informações acima, o valor das atualizações dos estoques em 31/12/2014, conforme Artigo 183 da lei 6404/76, será de

- a) R\$52.910,00
- b) R\$55.310,00
- c) R\$57.510,00
- d) R\$51.380,00

- 12.** Com base nas disposições do Artigo 186 da Lei 6404/76, a Demonstração de Lucro ou Prejuízos Acumulados discriminará

- a) as Participações de Debenturistas.
- b) as Reversões de Reservas.
- c) as Reservas de capital.
- d) o Lucro ou Prejuízo líquido por ação.

13. Os dados abaixo foram extraídos do Balanço Financeiro de determinado ente Público;

Saldo positivo exercício anterior	R\$20.000,00
Receitas orçamentárias	R\$430.000,00
Despesas orçamentárias	R\$420.000,00
Restos a pagar do exercício	R\$30.000,00
Cauções e Consignações	R\$35.000,00
Saldo positivo para o exercício seguinte	R\$50.000,00

Considerando apenas as informações acima, o total de despesas extraorçamentárias no exercício é de

- a) R\$25.000,00
- b) R\$30.000,00
- c) R\$45.000,00
- d) R\$20.000,00

14. O PCASP é dividido em 8 classes. Sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam, classifique corretamente as classes conforme o quadro abaixo.

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1.	2.
	3.	4.
Orçamentária	5.	6.
Controle	7.	8.

- a) 1. Ativo, 2. Passivo, 3. Variações Patrimoniais Aumentativas, 4. Variações Patrimoniais Diminutivas, 5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, 7. Controles devedores, 8. Controles Credores.
- b) 1. Ativo, 2. Passivo, 3. Variações Patrimoniais Aumentativas, 4. Variações Patrimoniais Diminutivas, 5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, 7. Controles Credores, 8. Controles devedores.
- c) 1. Ativo, 2. Passivo, 3. Variações Patrimoniais Diminutivas, 4. Variações Patrimoniais Aumentativas, 5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, 6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, 7. Controles devedores, 8. Controles Credores.
- d) 1. Ativo, 2. Passivo, 3. Variações Patrimoniais Diminutivas, 4. Variações Patrimoniais Aumentativas, 5. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, 6. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, 7. Controles Credores, 8. Controles devedores.

15.O projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.

É um exemplo de projeto

- a) Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.
- b) Apoio Técnico ao Ensino de Graduação.
- c) Apresentação e aprovação de quadros de distribuição de aulas.
- d) Implantação da rede nacional de bancos de leite humano.

16.No _____, a divisão em passivo financeiro e passivo não financeiro (passivo permanente) baseia-se nos §§ 3º e 4º do Art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as _____ e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as _____ e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

A alternativa que completa as lacunas das afirmativas acima, correta e respectivamente é

- a) Balanço Financeiro; dívidas fundadas; dívidas consolidadas.
- b) Balanço Patrimonial; dívidas fundadas; dívidas fundadas.
- c) Balanço Patrimonial; dívidas flutuantes; dívidas consolidadas.
- d) Balanço Financeiro; dívidas flutuantes; dívidas fundadas.

17.De acordo com o MPCASP, um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando

- a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.
- b) houver um ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente.
- c) houver a impossibilidade de definição de sua vida útil.
- d) consistir o modelo da reavaliação no valor justo sujeito à reavaliação periódica e perdas acumuladas por imparidade.

18.De acordo com a NBC T 16.8, o Controle Interno é classificado nas seguintes categorias:

- a) Controle, Mensuração e Contábil.
- b) Operacional, Contábil e Normativo.
- c) Mensuração, Operacional e Controle.
- d) Normativo, Controle e Mensuração.

19. De acordo com a NBC T 16.2, que versa sobre Patrimônio e Sistemas Contábeis, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.

O sistema contábil está estruturado nos seguintes subsistemas de informações:

- a) Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensação.
- b) Financeiro, Orçamentário, Custos e Patrimonial.
- c) Orçamentário, Custos, Compensação e de Resultado.
- d) Caixa, Orçamentário, Compensação e Patrimonial.

20. A situação a seguir é hipotética.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): MAIO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITAS DERIVADAS	39.000,00	
RECEITAS ORIGINÁRIAS	6.000,00	
TRANSFERÊNCIAS	3.500,00	
DESEMBOLSOS		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	23.000,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500,00	
TRANSFERÊNCIAS	2.500,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	15.500,00	
DESEMBOLSOS	23.000,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	14.300,00	
DESEMBOLSOS	0,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		

De acordo com a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) demonstrada no quadro acima, efetue a apuração do fluxo de caixa do período para o Exercício Atual e encontre a geração líquida de caixa e equivalente de caixa, que está definida no seguinte valor

- a) R\$27.300,00
- b) R\$14.300,00
- c) R\$29.300,00
- d) R\$24.500,00

21.A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é anual como a lei orçamentária, de acordo com o §2º do artigo 165 da Constituição, só **NÃO** deverá

- a) incluir as despesas correntes e transferências para o exercício financeiro subsequente de acordo com o previsto na LDO.
- b) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- d) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

22.São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I. Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- II. As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
- III. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

23.Qual princípio está previsto pelo artigo 6º da Lei 4.320/64, em que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções?

- a) Legalidade.
- b) Orçamento Bruto.
- c) Unidade ou Totalidade.
- d) Universalidade.

24.Qual é a modalidade de licitação entre interessados, que estejam devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação?

- a) Concorrência.
- b) Leilão.
- c) Tomada de Preços.
- d) Concurso.

25.De acordo com o MPCASP, as descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com transferências e transposição, pois

- a) não modificam a programação ou o valor de suas dotações orçamentárias (créditos adicionais).
- b) alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.
- c) modificam a programação ou o valor de suas dotações orçamentárias (créditos especiais).
- d) não influenciam na programação orçamentária advinda da LDO.

26. De acordo com o MPCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços e que possuem prazo ou valor incerto.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) elenca alguns tipos de provisões, como, por exemplo, as provisões para riscos fiscais que compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados

- a) a pagamento de reclamações trabalhistas.
- b) aos créditos tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da federação.
- c) ao pagamento de autuações fiscais.
- d) ao risco de demanda, construção, disponibilidade ou outros riscos decorrentes de contratos de PPP.

27. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação estabelece que a Unidade Contábil será classificada em:

- a) Originária, Descentralizada, Unificada e Consolidada.
- b) Centralizada, Unificada, Consolidada e Originária.
- c) Integralizada, Originária, Descentralizada e Consolidada.
- d) Coligada, Controlada, Centralizada e Originária.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de 28 a 35.

Contra a mera “tolerância” das diferenças

Renan Quintanilha

“É preciso tolerar a diversidade”. Sempre que me defronto com esse tipo de colocação, aparentemente progressista e bem intencionada, fico indignado. Não, não é preciso tolerar.

“Tolerar”, segundo qualquer dicionário, significa algo como “suportar com indulgência”, ou seja, deixar passar com resignação, ainda que sem consentir expressamente com aquela conduta.

“Tolerar” o que é diferente consiste, antes de qualquer coisa, em atribuir a “quem tolera” um poder sobre “o que tolera”. Como se este dependesse do consentimento daquele para poder existir. “Quem tolera” acaba visto, ainda, como generoso e benevolente, por dar uma “permissão” como se fosse um favor ou um ato de bondade extrema.

Esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. Mais: funciona como um expediente do desejo de estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal.

Tolerar não deve ser celebrado e buscado nem como ideal político e tampouco como virtude individual. Ainda que o argumento liberal enxergue, na tolerância, uma manifestação

legítima e até necessária da igualdade moral básica entre os indivíduos, não é esse o seu sentido recorrente nos discursos da política.

Com efeito, ainda que a defesa liberal-igualitária da tolerância, diante de discussões controversas, postule que se trate de um respeito mútuo em um cenário de imparcialidade das instituições frente a concepções morais mais gerais, isso não pode funcionar em um mundo marcado por graves desigualdades estruturais.

Marcuse¹ identificava dois tipos de tolerância: a passiva e a ativa. No primeiro caso, a tolerância é vista como uma resignação e uma omissão diante de uma sociedade marcadamente injusta em suas diversas dimensões. Por sua vez, no segundo caso, ele trata da tolerância enquanto uma disposição efetiva de construção de uma sociedade igualitária. Não é este, no entanto, o discurso mais recorrente da tolerância em nossos tempos.

Assim, quando alguém te disser que é preciso “tolerar” a liberdade das mulheres, os direitos das pessoas LGBT, a busca por melhores condições de vida das pessoas pobres, as reivindicações por igualdade material das pessoas negras, dentre outros segmentos vulneráveis, simplesmente não problematize esse discurso.

Admitir a existência do outro não significa aceitá-lo em sua particularidade como integrante da comunidade política. É preciso valorizar os laços mais profundos de reciprocidade e respeito pelas diferenças, o que só o reconhecimento, estágio superior da tolerância, pode ajudar a promover, como ensinou Axel Honneth².

Diversidade é um valor em si mesmo e não depende da concordância dos que ocupam posições de privilégios. Direitos e liberdades não se “toleram”. Devem ser respeitados e promovidos, por serem conquistas jurídicas e políticas antecedidas de muitas lutas.

O que não se pode tolerar é o discurso aparentemente “benevolente” e “generoso” – mas na verdade bem perverso – da “tolerância das diferenças”. Ninguém precisa da licença de ninguém pra existir.

Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/contra-a-mera-tolerancia-das-diferencas/>> Acesso em: 03 mai 2016.

¹ Marcuse: filósofo e sociólogo alemão, naturalizado norte-americano.

² Axel Honneth: filósofo e sociólogo alemão.

28. Após a leitura do texto, depreende-se do título Contra a mera “tolerância” das diferenças, depreende-se que o autor considera o termo “tolerância”

- a) muito brando para abordar a questão do preconceito.
- b) muito simples para tratar de um assunto tão complexo.
- c) inadequado, por entender que este reforça a questão das diferenças.
- d) inconveniente, por entender que este contradiz o preconceito pelas diferenças.

29. Sobre o texto, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Tolerar aquele que é diferente significa aquiescer a sua existência.
- II. Não há tolerância em relação à existência autônoma do que é diferente dos padrões sociais.
- III. Tolerar não basta; é preciso admitir a existência do outro como membro da comunidade política.
- IV. Não existe consonância entre o argumento liberal sobre a tolerância e o sentido recorrente nos discursos da política.

Está (ão) correta (s) apenas a (s) afirmativa (s)

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II
- d) IV

30. Em "... 'suportar com indulgência', ou seja, deixar passar com resignação ...", as palavras destacadas poderiam ser substituídas, sem prejuízo de sentido, por respectivamente

- a) incomplacência e ressalva.
- b) incredulidade e abdicação.
- c) benignidade e conformidade.
- d) benevolência e inconformismo.

31. Em "Não, não é preciso tolerar.", se fosse colocada outra vírgula após a segunda palavra "não", é correto afirmar que

- a) acarretaria erro gramatical e provocaria alteração de sentido da frase.
- b) acarretaria erro gramatical, mas não provocaria alteração no sentido da frase.
- c) não acarretaria erro gramatical e nem alteração no sentido da frase.
- d) não acarretaria erro gramatical, mas provocaria alteração no sentido da frase.

32. No 8º parágrafo do texto, não há uniformidade de tratamento, pois primeiramente está empregado o pronome de 2ª pessoa do singular e, ao final, o verbo está conjugado na 3ª pessoa do singular.

Em qual das frases abaixo, ocorre esse mesmo problema?

- a) Caso queiras justiça, requeira teus direitos.
- b) Se tu queres que ele seja feliz, não te interponhas entre o casal.
- c) Se tens um pouco de consideração por ela, dá crédito a suas palavras.
- d) Caso pretendas fazer a reunião, dispõe de todos os documentos para prévia avaliação.

33. Em qual dos excertos a seguir, o pronome destacado **NÃO** corresponde à classificação dada?

- a) Em "... O que não se pode tolerar...", o pronome em destaque é reflexivo.
- b) Em "... quando alguém te disser...", o pronome em destaque é indefinido.
- c) Em "'Tolerar' o que é diferente...", o pronome em destaque é demonstrativo.
- d) Em "... da cultura hegemônica, que traça...", o pronome em destaque é relativo.

34. Sobre os elementos coesivos destacados, é correto afirmar que, no

- a) 4º parágrafo, em "... funciona como um expediente do desejo de estigmatizar o diferente e manter este...", o pronome destacado retoma "desejo de estigmatizar o diferente".
- b) 5º parágrafo, em "... não é esse o seu sentido recorrente nos discursos da política.", o pronome destacado retoma "tolerância".
- c) 6º parágrafo, em "... isso não pode funcionar em um mundo...", o pronome destacado retoma "a defesa liberal-igualitária da tolerância".
- d) 7º parágrafo, em "... no segundo caso, ele trata da tolerância...", o pronome em destaque retoma um dos "tipos de tolerância".

35. O elemento destacado nos trechos a seguir só **NÃO** é advérbio em

- a) "... diferente dos padrões construídos socialmente."
- b) "... não é esse o seu sentido recorrente...".
- c) "... trata da tolerância enquanto uma...".
- d) "É preciso valorizar os laços mais profundos."

LEGISLAÇÃO

36. Analise as afirmativas abaixo, de acordo com a Constituição Federal, colocando (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- () O servidor investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- () O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirirá a estabilidade após 2 anos de efetivo exercício.
- () A nomeação para cargo em comissão depende de aprovação prévia em concurso público.
- () As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) V – F – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – V – V – F.

37. Segundo a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da união, autarquias e fundações públicas federais, analise as afirmativas abaixo:

- I. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- II. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- III. Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- IV. Ajuda de custo é a indenização destinada ao ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

38. Ao servidor, nos termos da Lei nº 8.112/90, é proibido

- a) participar de sociedade privada na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- c) atuar, como procurador, junto a repartições públicas para tratar de assuntos previdenciários de seu cônjuge.
- d) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em situações de emergência e transitórias .

39. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que

- a) os prazos expressos em dias são contados em dias úteis.
- b) as provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis no processo administrativo.
- c) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- d) os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

40. Sobre ética profissional do Servidor Público Federal, é correto afirmar que:

- a) a suspensão está entre as penas aplicáveis pelas Comissões de Ética ao servidor.
- b) a impessoalidade, a publicidade e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou da função, ou fora dele.
- c) o servidor deverá comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- d) a infração de natureza ética cometida por membro de Comissão de Ética será apurada pelo Ministério Público Federal.

